

## SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações  
Contábeis Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas  
adotadas no Brasil e IFRS.  
31 de dezembro de 2022  
REA 015/2023

## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	2
Balanços Patrimoniais.....	6
Demonstrações do Resultado do Exercício .....	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da  
**SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Curitiba – PR – Brasil

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sorrento Administração e Participações S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sorrento Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiros (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Não identificamos nenhum assunto que consideramos de matéria relevante para menção em nosso relatório de auditoria.

## Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 07 de março de 2023.

**VBR BRASIL – VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC - PR 008.722/O-5

CVM - PR 12.475



Wesley Montechiari Figueira  
Sócio Responsável  
CRC- PR 038.884/O-7  
CNAI 1.222



Tiago Andrade Mancarz  
Contador  
CRC PR 064611/O-2  
CNAI 4.880

# SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos Patrimoniais  
31 de dezembro de 2022  
(Em reais)

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		<u>77.132.652</u>	<u>79.194.385</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.343	5.615
Aplicações financeiras	5	75.334.120	78.906.333
Tributos a recuperar	6	1.754.429	251.256
Despesas antecipadas		26.337	15.589
Outras contas a receber		11.423	15.592
Não Circulante		<u>25.789.868</u>	<u>25.374.445</u>
Realizável a longo prazo		205	973
Partes relacionadas		205	973
Investimentos	7	24.916.584	24.255.194
Imobilizado	8	865.710	1.102.801
Intangível		7.369	15.477
Total do Ativo		<u><u>102.922.520</u></u>	<u><u>104.568.830</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos Patrimoniais  
31 de dezembro de 2022  
(Em reais)

Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
<b>Circulante</b>		<b>612.368</b>	<b>549.919</b>
Contas a pagar		27.390	23.341
Obrigações tributárias	9	69.418	64.999
Obrigações sociais e trabalhistas	10	483.892	460.806
Outras contas a pagar	11	31.668	773
<b>Não Circulante</b>		<b>6.057.196</b>	<b>16.925.547</b>
Outras contas a pagar	11	6.057.196	16.535.701
Provisão para contingências	12	-	389.846
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>13</b>	<b>96.252.956</b>	<b>87.093.364</b>
Capital social		57.805.094	57.805.094
Reserva de lucros		38.447.862	29.288.270
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>102.922.520</b>	<b>104.568.830</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Despesas operacionais		<u>(4.836.222)</u>	<u>(4.432.405)</u>
Despesas gerais e administrativas	14	(4.836.222)	(4.432.405)
Outras receitas	15	<u>10.097.190</u>	<u>7.507.169</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>5.260.968</u>	<u>3.074.764</u>
Resultado financeiro líquido	16	<u>7.599.894</u>	<u>316.462</u>
Receitas financeiras		8.148.939	1.747.325
Despesas financeiras		(549.045)	(1.430.863)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>12.860.862</u>	<u>3.391.226</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(3.945)</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u><u>12.856.917</u></u>	<u><u>3.391.226</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Total de Reservas de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.805.094	1.361.927	22.019.285	23.381.212	-	81.186.306
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.391.226	3.391.226
Baixa de deságio passado por retificação contábil	-	-	4.087.488	4.087.488	-	4.087.488
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	1.314	1.314	-	1.314
Distribuição de dividendos	-	-	(1.150.000)	(1.150.000)	-	(1.150.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	(422.970)	(422.970)	-	(422.970)
Constituição de reserva de lucros	-	169.561	3.221.665	3.391.226	(3.391.226)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	57.805.094	1.531.488	27.756.782	29.288.270	-	87.093.364
Lucro do exercício	-	-	-	-	12.856.917	12.856.917
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(631)	(631)	-	(631)
Constituição de reserva de lucros	-	642.846	12.214.071	12.856.917	(12.856.917)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.150.000)	(1.150.000)	-	(1.150.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	(2.546.694)	(2.546.694)	-	(2.546.694)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	57.805.094	2.174.334	36.273.528	38.447.862	-	96.252.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro do exercício	12.856.917	3.391.226
Ajustes		
Depreciação e amortização	497.077	460.983
Resultado na alienação/baixa de ativos imobilizados	-	81
Provisão para contingências	(389.846)	(389.739)
Ajuste de exercícios anteriores	(631)	1.314
Resultado de equivalência patrimonial	(10.097.190)	(7.432.251)
Lucro ou prejuízo do exercício ajustado	2.866.327	(3.968.386)
Variações nos ativos e passivos		
Ativos financeiros	3.572.213	1.365.929
Tributos a recuperar	(1.503.173)	29.966
Despesas antecipadas	(10.748)	2.197
Outras contas a receber	4.169	526
Contas a pagar	4.049	797
Obrigações tributárias	4.419	(127.324)
Obrigações sociais e trabalhistas	23.086	(987)
Outras contas a pagar	(10.447.610)	(2.613.517)
Caixa líquido das atividades operacionais	(5.487.268)	(5.310.799)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(251.878)	(451.737)
Aquisição de ativos intangíveis	-	11.081
Aporte de capital em investida	(14.200)	(21.801)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	9.450.000	7.320.000
Caixa líquido das atividades de investimentos	9.183.922	6.857.543
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento (redução) com partes relacionadas	768	6.018
Juros sobre capital próprio	(3.696.694)	(1.572.970)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(3.695.926)	(1.566.952)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	728	(20.208)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.615	25.823
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.343	5.615
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	728	(20.208)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sorrento Administração e Participações S.A., Companhia constituída sob a forma de sociedade de ações de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.690.651/0001-20, com sede na cidade de Curitiba, Paraná.

A Companhia é uma *holding* de instituições não-financeiras, com foco nos investimentos e participações, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades ou empreendimentos, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, bem como, investimentos financeiros em fundos de investimentos multimercados e renda fixa, ações, títulos públicos e demais produtos disponíveis no mercado financeiro.

A Companhia teve início de suas operações em 01 de abril de 2015, cujos ativos e passivos registrados na abertura do balanço inicial são oriundas da cisão da sociedade Saha Administração e Participações S.A.

As principais participações societárias diretas são:

- a) DCL Administração e Participações Ltda.;
- b) BMFD Administração Empreendimentos e Participações Ltda.
- c) DCL Shopping Center Ltda.

As empresas investidas têm por objeto social a administração e locação de imóveis próprios, inclusive centros comerciais, compra, venda e incorporações de imóveis e gestão de participações societárias. São oriundas da cisão do Grupo Demeterco.

Para fins de controle e segurança, a Companhia segue monitorando toda informação a respeito da Pandemia, e permanece avaliando, em função da sua persistência até a data de emissão destas demonstrações, o impacto no mercado de forma geral e em seus negócios.

## 2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.15.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do *IFRS* e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos *IFRS*'s não está disponível no Brasil.

## 2.1. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2022, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Empresa:

**Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual:** As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

**Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido:** As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

**Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato:** As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento

desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros:**

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações contábeis estão abaixo apresentadas:

**Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

**Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de

'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020.

**Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS: As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

**Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis:** A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração".

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro.
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações: As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

**Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação:** As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas: As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

— Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.

– Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo.

- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que a é moeda funcional da Companhia.

## 2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, com base nas categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; (iii) empréstimos e recebíveis; (iv) valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; (v) passivos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (vi) passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A classificação para os ativos financeiros depende do modelo de negócio da Companhia que está por adquirir o ativo financeiro e as características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros adquiridos.

#### a) Mensurados a valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nesta classificação, conforme nota explicativa nº 4 e 5.

**b) Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía outras contas a receber e partes relacionadas nesta classificação.

**c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado**

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contas a pagar, outras contas a pagar, e débitos com pessoas ligadas nessa classificação, conforme nota explicativa nº 11.

### **2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios do recurso controlado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.

### 2.3.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.3.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

- Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança.

#### 2.5. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 R2 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da Companhia, conforme nota explicativa nº 7.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na investida. O ágio relacionado com a investida é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

## SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

---

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos Sócios da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua investida. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

### 2.6. IMOBILIZADO

O imobilizado compreende principalmente terrenos, instalações, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e está apresentada na nota explicativa nº 8.

A Companhia optou por não fazer refletir o custo atribuído na data da sua adoção inicial.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos não são revisados e ajustados ao final de cada exercício devido à sua irrelevância para estas demonstrações contábeis.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Instalações	10
Veículos	05
Móveis e utensílios	10
Informática e eletrônicos	05

## 2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a softwares adquiridos e licenças. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### a) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

## 2.8. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor

recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de *impairment*.

## 2.9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal.

Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## 2.10. CONTAS A PAGAR

Contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.11. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## 2.12. PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

## 2.13. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especificações de cada tipo de receita.

### a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida

no resultado, através do método dos juros efetivos, respeitando o regime de competência.

**b) Receitas de equivalência patrimonial**

As receitas provenientes de equivalência patrimonial são mensuradas com base no percentual de participação da Companhia em suas investidas. A receita de equivalência patrimonial é reconhecida no resultado dentro do grupo de outras receitas operacionais, respeitando o regime de competência.

## 2.14. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## 2.15. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

**a) Ativos e passivos contingentes**

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;

**Passivos contingentes** - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das

obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

#### b) Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A Empresa é optante para o exercício de 2022 pela tributação sobre o lucro com base no sistema de Real trimestral e à tributação do PIS e COFINS segue a modalidade não cumulativa.

Estes tributos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60.000 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

### 3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

#### 3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

#### 3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração

estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

### 3.3. RISCO DE MERCADO

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Os valores mantidos junto em aplicações financeiras são diariamente monitorados em relação à sua possibilidade de redução significativa de valor, visando sempre a alocação e a segurança financeira de modo que a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

#### b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais de curto e médio prazo. Se necessário, mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não tenha risco de liquidez.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

## SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa	2.048	530
Bancos conta movimento	4.295	3.441
Bancos conta investimento (i)	-	1.644
<b>Total</b>	<b><u>6.343</u></b>	<b><u>5.615</u></b>

- (i) Conta corrente aberta em corretoras de investimento, o qual o valor está disponível para retirada sem estar vinculada a nenhuma aplicação financeira ou taxa de rendimentos pós ou pré-fixados.

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Incluem ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme abaixo:

#### a) Classificação por natureza e categoria

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Fundo de investimentos (i)	59.780.695	68.452.777
Certificados de depósitos bancários	14.553.425	7.844.818
Ações de companhias abertas	-	1.605.447
Certificados de operações estruturadas	1.000.000	1.003.291
<b>Total</b>	<b><u>75.334.120</u></b>	<b><u>78.906.333</u></b>

- (i) Referem-se a investimentos em cotas de fundos multimercados, fundos de renda fixa, fundos referenciados em DI e fundo de ações.

#### b) Valor justo

O valor justo das cotas de fundos de investimento é determinado com base no valor da cota divulgada pelo respectivo administrador.

## SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras com taxas prefixadas, o valor justo é apurado através do fluxo de caixa descontado com base em taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras pós-fixadas, os valores contábeis são considerados equivalentes ao seu valor justo.

O valor justo dos títulos públicos federais é determinado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA ou, na ausência destes, por preços obtidos através de técnicas de avaliação que melhor reflitam seu valor de venda.

#### 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Compreendem valores de saldo negativo de imposto de renda o qual foi recolhido a maior durante o ano, os quais são convertidos a saldos a serem compensados durante os períodos seguintes por meio da declaração de compensação. O saldo de crédito para 31 de dezembro de 2022 é R\$ 1.754.429 (R\$ 251.256 para 31 de dezembro de 2021).

#### 7. INVESTIMENTOS

As participações em coligadas, controladas e outras empresas estão detalhadas a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Participações societárias (a)	24.916.584	24.255.194
Total	<u>24.916.584</u>	<u>24.255.194</u>

##### a) Participações societárias

Em 31 de dezembro de 2022, as investidas apresentam as seguintes características:

	Participação	Quotas Capital	Capital Integralizado	Patrimônio Líquido
DCL Adm. e Part. Ltda	10,00%	4.181.788	41.817.880	94.064.564
BMFD Adm. e Part. Ltda	25,00%	4.039.000	16.156.000	61.836.772
DCL Shopping Ltda	0,20%	64.896	32.448.000	25.467.398

# SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

## Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

As investidas nas quais a Companhia possui percentuais inferiores a 30% foram avaliadas através do método de equivalência patrimonial, dada a sua relevância.

### b) Movimentação das participações societárias

As participações societárias apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2022:

	Saldos em 31.12.2022	Equivalência Patrimonial	Distribuições	Aportes	Saldos em 31.12.2021
DCL Adm. e Part. Ltda	9.406.456	3.003.325	(2.450.000)	-	8.853.131
BMFD Adm. e Part. Ltda	15.459.193	7.095.666	(7.000.000)	-	15.363.527
DCL Shopping Ltda	50.935	(1.801)	-	14.200	38.536
<b>Total</b>	<b>24.916.584</b>	<b>10.097.190</b>	<b>(9.450.000)</b>	<b>14.200</b>	<b>24.255.194</b>

As investidas tiveram suas respectivas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 auditadas com opinião emitida sem parágrafos de modificação ou ênfases, sendo apresentados antes da apresentação destas demonstrações contábeis.

## 8. IMOBILIZADO

### a) Abertura do imobilizado

			31.12.2022	31.12.2021
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10%	622.777	(463.941)	158.836
Veículos	20%	2.341.674	(1.726.876)	614.798
Móveis e utensílios	10%	187.101	(133.486)	53.615
Equip. de Informática	20%	93.735	(55.274)	38.461
<b>Total</b>		<b>3.245.287</b>	<b>(2.379.577)</b>	<b>1.102.801</b>

SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2021
<u>Custo</u>	3.245.287	251.878	-	2.993.409
Instalações	622.777	-	-	622.777
Veículos	2.341.674	239.127	-	2.102.547
Móveis e utensílios	187.101	-	-	187.101
Equip. de Informática	93.735	12.751	-	80.984
<u>Depreciação</u>	(2.379.577)	(488.969)	-	(1.890.608)
Instalações	(463.941)	(60.989)	-	(402.952)
Veículos	(1.726.876)	(396.406)	-	(1.330.470)
Móveis e utensílios	(133.486)	(18.714)	-	(114.772)
Equip. de Informática	(55.274)	(12.860)	-	(42.414)
Saldo líquido	<u>865.710</u>	<u>(237.091)</u>	-	<u>1.102.801</u>

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações sociais e tributárias, conforme composição apresentada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
IRRF a recolher	38.739	17.949
COFINS a recolher	25.827	39.500
PIS a recolher	4.132	6.400
Outras obrigações a recolher	720	1.150
Total	<u>69.418</u>	<u>64.999</u>

## SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

### 10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A composição das obrigações trabalhistas e encargos sociais pertinentes à folha de pagamento é a seguinte:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Participações nos lucros	367.777	367.670
Provisão de férias	54.750	44.922
INSS a recolher	49.753	38.895
FGTS a recolher	11.612	9.319
<b>Total</b>	<b><u>483.892</u></b>	<b><u>460.806</u></b>

### 11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição de outras contas a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<b>Circulante</b>		
Outras contas a pagar	31.668	773
	<u>31.668</u>	<u>773</u>
<b>Não Circulante</b>		
Débito com pessoas ligadas	1.686.060	12.514.331
Juros sobre capital próprio a pagar	4.371.136	4.021.370
	<u>6.057.196</u>	<u>16.535.701</u>
<b>Total</b>	<b><u>6.088.864</u></b>	<b><u>16.536.474</u></b>

### 12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisões para contingências tributárias	-	389.846
<b>Total</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>389.846</u></b>

As provisões de contingências escrituradas referiam-se ao risco de cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), relativo de operações de mútuo realizada entre a Companhia e suas coligadas.

## SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

Sabendo da existência deste risco tributário, caso estas transações eventualmente pudessem ser caracterizadas pela Receita Federal do Brasil como mútuo financeiro, a Administração realizou levantamento dos valores devidos sob esta rubrica, os quais referem-se aos últimos 5 exercícios sociais, e, com isso, foi mensurada a totalidade do risco envolvido. Anualmente esta provisão era revisada pela Administração e como os cinco anos foram completos, houve a extinção da provisão.

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, baseado no estatuto social e na terceira assembleia geral extraordinária é de R\$ 57.805.094, totalmente subscrito e integralizado, representado por 31.403.747 de ações com direito a voto.

	Cristina Demeterco Raad	Isabel Demeterco Raad Carneiro	Gabriel Raad	Total
Ações ordinárias A	-	50	50	100
Ações ordinárias B	-	15.701.823	15.701.824	31.403.647
Ações preferenciais	19.268.366	3.566.491	3.566.490	26.401.347
Total de ações	<u>19.268.366</u>	<u>19.268.364</u>	<u>19.268.364</u>	<u>57.805.094</u>
Participação %	<u>33,34%</u>	<u>33,33%</u>	<u>33,33%</u>	<u>100,00%</u>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### c) Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto da Companhia, os lucros e os juros sobre capital próprio poderão ser pagos conforme determinado em comum acordo entre os Acionistas a depender da estratégia de fluxo de caixa e outros aspectos decisórios da Companhia,

## SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

respeitando sempre o pagamento de forma proporcional ao percentual de participação de cada um deles.

Em conformidade com a Lei no. 9.249/95 a Administração pode optar por fazer distribuições de juros sobre o capital próprio a seus acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Longo Prazo - TLP, imputando-os ao valor do dividendo se aplicável.

### 14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas com pessoal	2.456.704	2.142.714
Despesas com aluguel	219.749	202.702
Despesas administrativas	192.428	566.428
Impostos e taxas	456.879	213.331
Prestação de serviço de terceiros	1.153.391	1.027.606
Manutenção de bens móveis e imóveis	131.165	110.402
Depreciação e amortização	497.077	472.063
Despesas com seguros	45.793	39.591
Material da uso e consumo	12.697	12.188
Despesas gerais	60.185	35.118
Reversão de Provisão	(389.846)	(389.738)
<b>Total</b>	<b><u>4.836.222</u></b>	<b><u>4.432.405</u></b>

### 15. OUTRAS RECEITAS

A composição de outras receitas está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Ganho/Perda na alienação de ativo imobilizado	-	74.918
Resultado de equivalência patrimonial (a)	10.097.190	7.432.251
<b>Total</b>	<b><u>10.097.190</u></b>	<b><u>7.507.169</u></b>

# SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

## Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

### a) Reconciliação do resultado de equivalência patrimonial

	31.12.2022			Total
	DCL Administração e Participações Ltda	BMFD Administração e Participações Ltda	DCL Shopping Center Ltda	
Resultado obtido pelas investidas	30.033.257	28.382.663	(900.492)	-
Participação da Companhia nas investidas	10,00%	25,00%	0,20%	-
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>3.003.325</b>	<b>7.095.666</b>	<b>(1.801)</b>	<b>10.097.190</b>

  

	31.12.2021			Total
	DCL Administração e Participações Ltda	BMFD Administração e Participações Ltda	DCL Shopping Center Ltda	
Resultado obtido pelas investidas	31.829.521	17.021.288	(3.011.134)	-
Participação da Companhia nas investidas	10,00%	25,00%	0,20%	-
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>3.182.951</b>	<b>4.255.322</b>	<b>(6.022)</b>	<b>7.432.251</b>

## 16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Despesas:</b>		
Despesas bancárias	(2.101)	(1.941)
Juros passivos	(537.011)	(908.053)
Juros sobre financiamentos e arrendamentos	(528)	(4.556)
Perdas com renda variável	(9.405)	(516.313)
<b>Total de Despesas Financeiras</b>	<b>(549.045)</b>	<b>(1.430.863)</b>
<b>Receitas:</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	7.978.689	1.525.649
Juros sobre capital próprio ativos	5.010	28.524
Ganhos com renda variável	91.122	122.663
Outras receitas financeiras	74.118	70.489
<b>Total de Receitas Financeiras</b>	<b>8.148.939</b>	<b>1.747.325</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>7.599.894</b>	<b>316.462</b>

# SORRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, está a seguir demonstrada:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	12.860.862	3.391.226
( + ) Adições	472.391	970.016
( - ) Exclusões	(3.206.689)	(8.361.444)
( = ) Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>10.126.563</u>	<u>(4.000.201)</u>
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	2.466	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	<u>1.480</u>	<u>-</u>
( = ) Total de despesas com IRPJ e CSLL do período	<u><u>3.945</u></u>	<u><u>-</u></u>

\* \* \* \* \*